



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº. 3/2008

Aos vinte sete dias do mês de Junho de 2008, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vidigueira, pelas vinte e uma horas, no Salão do Centro de Convívio de Selmes, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Período de Antes da Ordem do Dia.
- Ordem do Dia:

Ponto 1 - Actividade Municipal.

Presenças.

Estiveram presentes quinze dos dezanove membros que compõem a Assembleia, conforme lista de presenças anexa a esta acta e que dela faz parte integrante.

Faltas.

Apresentaram justificação os Senhores Deputados Municipais Pedro Ferreira, Sérgio Delgado e Aires Guerreiro.

Faltou, sem justificação, a Senhora Deputada Municipal Maria Filomena Cruz.

Constituição da Mesa.

Estiveram presentes todos os membros da Mesa:

Presidente: José Mâncio Rosa Soeiro.

Secretários: António Manuel Bacalhau Galvão (1º.Secretário) e Mariana Júlia Veredas Teles (2º.Secretário).

Abertura da Sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão, pelas vinte e uma horas e dez minutos. Agradeceu a forma simpática como a Junta de Freguesia de Selmes acolheu a presente Sessão da Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu que os Senhores Deputados Municipais João Roberto (PSD) e Maria Manuel Gantes (CDU), dentro do prazo normal, tinham pedido a sua substituição, daí a presença na Sessão da Senhora Deputada Municipal Sandra Arrojado (CDU). O Senhor Deputado Aires Guerreiro (PSD) em substituição do Senhor Deputado João Roberto (PSD), informou que não poderia estar presente na Sessão.

Ordem de trabalhos.

Não havendo qualquer objecção à Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou-a à votação, sendo esta aprovada, por unanimidade.

Acta da Sessão Ordinária de vinte e três de Abril de dois mil e oito.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração dos Senhores Deputados Municipais, a acta número dois de vinte e três de Abril de dois mil e oito.

A mesma foi aprovada, por maioria, com dez votos a favor e cinco abstenções, pelo facto de não terem estado presentes na última Sessão.

Período de antes da ordem do dia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Amado - Presidente da Junta de Freguesia de Vila de Frades, que pela terceira vez consecutiva, em Assembleias Municipais, referiu a situação das Ruínas de S. Cucufate. Disse discordar com o funcionamento daquele monumento apenas de segunda a sexta-feira, sendo que o grande afluxo de visitantes acontece ao fim de semana. Informou que aquele espaço teve no último ano, seis mil e seiscentos visitantes. Referindo-se ao Protocolo de Parceria que está a ser feito entre a Junta de Freguesia de Vila de Frades, a Câmara Municipal de Vidigueira e a Direcção Regional da Cultura, perguntou à Câmara, como possível parceiro, como via a situação de S. Cucufate encerrar ao fim de semana e qual será a perspectiva da Câmara, para com a Casa do Arco.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal Luís Amado e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que via a questão de S. Cucufate com tanta ou mais apreensão que a Junta de Freguesia de Vila de Frades. Explicou em que contexto è que a Direcção Regional da Cultura do Alentejo apresentou o Protocolo, no qual seria tripartido (Direcção Regional da Cultura, Câmara Municipal e Junta de Freguesia), em que a Direcção Regional limitava-se a colocar em S. Cucufate dois Técnicos Superiores que trabalhariam de segunda a sexta-feira e competia à Câmara assegurar o pessoal, garantindo a abertura do monumento ao fim de semana. Asseguraria também, pessoal para acompanhar os dois técnicos superiores (arqueólogos), para que se pudesse manter as duas infra-estruturas abertas (Casa do Arco e Ruínas de S. Cucufate). À Junta de Freguesia de Vila de Frades competia disponibilizar todos os meios materiais e humanos, para procederem à limpeza do monumento. Referindo-se à incapacidade de resposta, por parte da Junta de Freguesia de Vila de Frades a tais exigências, disse que no dia em que S. Cucufate reabriu as portas, tinha sido dito à Senhora Secretária de Estado, que nem a Câmara nem a Junta de Freguesia de Vila de Frades estariam disponíveis para aceitarem um Protocolo daquele género, dado que ficariam sujeitas a tais obrigações, sendo que a responsabilidade e gestão dos monumentos são da Direcção Regional da Cultura e não do Município. No entanto o Senhor Director Regional manteve em aberto a via do diálogo, reconhecendo a importância do monumento no desenvolvimento do turismo da região da Vidigueira. Contudo explicou o Senhor Presidente da Câmara que não querendo fechar a porta ao diálogo, a Câmara tinha disponibilizado alguns meios humanos, através dos programas ocupacionais, permitindo que as Ruínas de S. Cucufate e a Casa do Arco estejam a funcionar, mas não permanentemente. Mais disse que será criado um circuito de visitas com a deslocação dos arqueólogos, tanto à Casa do Arco e Ruínas S. Cucufate e que será neste âmbito que se mantinha em aberto a possibilidade da parceria. Contudo passados alguns dias da reabertura das portas dos monumentos, nada mais se soube quanto às intenções de propostas de protocolo por parte da Direcção Regional da Cultura que desrespeita documentos e posições de responsabilidade assumidas perante a Casa dos Almeidas, que pouco lhes importa os prejuízos que possam causar aos edifícios contíguos.

Pedi a palavra o Senhor Deputado Municipal António João D’Aguilar – Presidente da Junta de Freguesia de Selmes que agradeceu a oportunidade que foi dada à população de Selmes para assistir a uma Sessão da Assembleia Municipal. Referiu que as condições para a realização das mesmas, têm vindo a melhorar nas freguesias e que todos (Câmara e Junta e Freguesia) têm trabalhado para isso.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.

ORDEM DO DIA.

Ponto 1 – Actividade Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal António Pedras D'Águilar - Presidente da Junta de Freguesia de Selmes que perguntou à Câmara para quando o início das obras de construção das ETARS em Selmes e as obras na estrada que liga Selmes a Baleizão.

Na sequência da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Selmes, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio e perguntou para quando as obras na estrada que liga Selmes a Beja.

Interveio novamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Selmes e referiu a situação da estrada de Selmes/Vidigueira e perguntou se a EDIA já tinha sido contactada, pois existem 4 ou 5 ramais cortados.

Interveio o Senhor José António Bатуca e perguntou para quando o início das obras do Campo de Futebol de Vidigueira e do seu arrelvamento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que por sua vez a passou ao Senhor Vereador António Teles para responder às questões levantadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Selmes.

O Senhor Vereador António Teles explicou que em relação à estrada que liga Vidigueira/Selmes (521.1), a Câmara tinha enviado ofícios à empresa Obrecol, responsável pelas obras, apontando os vários incidentes que têm provocado naquela estrada, com cortes na estrada, bermas danificadas e rupturas nas condutas de água que abastece Selmes, mas que não obtiveram qualquer tipo de resposta. Situação idêntica se tinha passado com a empresa de fiscalização da obra e com a EDIA, pelo que classificou de uma falta de respeito para com a Câmara da Vidigueira, porque são situações



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

que se repetem inúmeras vezes em que EDIA não responde a um ofício da Câmara Municipal de Vidigueira.

Em relação à Estrada que liga Baleizão a Selmes informou que tinha sido feito um Protocolo com a Câmara de Beja, dando a possibilidade de realizar aquela obra intermunicipal, que irá beneficiar a freguesia de Selmes e a de Pedrógão (C.M.1032 – Selmes/Baleizão e C.M. 1033 – Pedrógão/Baleizão). Informou que se tinha elaborado um projecto em parceria com a Câmara de Beja, que ficou responsável pelo lançamento do concurso. Mais disse que dado ao custo das obras será feita uma candidatura ao QREN, e não havendo financiamento será difícil realizar as obras.

Quanto às ETARS de Selmes o Senhor Vereador António Teles explicou os procedimentos até à construção das mesmas e que em termos de projecto estavam quase concluídas. Referiu que o Ministério do Ambiente impõe algumas condições, que não ajuda a resolver o problema do ambiente, que pelo contrário só complica, exigindo dinheiro e exemplificou com o depósito para óleos, resultantes das frituras que a Câmara pretende colocar na estação de transferência e que para o licenciar é exigido 1,570 Euros.

O Senhor Presidente da Câmara interveio e subscreveu o proferido pelo Senhor Vereador António Teles, no que respeita ao Ministério do Ambiente e acrescentou que as Câmaras e as Juntas de Freguesia são as entidades em Portugal, que mais praticam a reciclagem e tratam melhor os resíduos. Contudo, referiu que há quem o não faça e apontou a Câmara de Portel que despeja os esgotos em Oriola a céu aberto para a barragem de Alvito, daí aquela água não ter qualidade e que nunca foi multada, o que mostra que nem todas as Câmaras em Portugal são tratadas de igual modo. Referiu que, foi preocupação do seu executivo nos quatro anos de mandato, dotar todas as localidades com novas ETARS. Informou que Alcaria já tem duas novas ETARS, Marmelar e Pedrógão cada uma com sua.

Referiu que decorrem as negociações com alguns proprietários de terrenos para a construção da ETAR de Selmes; que a de Vidigueira ficará por resolver, porque há necessidade de uma intervenção profunda ou de construção de uma nova, que estava englobada num projecto que data de 2001, que continuava-se a discutir em Bruxelas e daí que já se tenha perdido um quadro comunitário.

Sobre o Campo de Futebol e respondendo ao Senhor Deputado José António o Senhor Presidente da Câmara disse que tinha sofrido uma desilusão com a diferença de funcionamento das entidades privadas para as públicas e estabeleceu a diferença.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Referiu que a candidatura tinha sido lançada quando o Governo determinou a data para a mesma, apesar de o projecto estar feito já a algum tempo. Explicou que houve uma série de empresas que tinham concorrido, mas que houve duas que não estavam em condições de seguir em frente, pelo que foram excluídas (uma por falta de documentos, outra porque a sua capacidade económica não correspondia aos requisitos económicos exigidos) e apresentaram as suas reclamações. Que a fase seguinte do concurso tinha constado na análise da qualidade da relva, e que se fosse adjudicada à empresa que tinha apresentado o mais baixo preço, a relva era de qualidade inferior, o que não interessava.

Informou que o prazo da reclamação terminava a 3 de Junho de 2008 a que se seguia a fase da elaboração do contrato e adjudicação da obra e que todos aqueles obstáculos burocráticos obrigavam a um lento desenvolvimento do concurso.

Não havendo mais questões a colocar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu as situações vividas, no período que decorreu entre as duas Assembleias Municipais. Referiu o Conservatório Regional do Baixo Alentejo que vive um momento conturbado, em que na Assembleia Geral, quatro municípios achavam que estavam a pagar de mais e seriam eles que passariam a fixar o valor das suas quotas, contudo prevaleceu a vontade da maioria, mantendo-se as mesmas regras de imputação, praticadas desde o início do Conservatório.

Referiu a reunião entre as várias Associações do Alentejo e Alentejo Litoral com as águas de Portugal, com vista a uma parceria pública, com o intuito de se avançar e ver aprovadas as candidaturas em Bruxelas dos sistemas de água pública, modernização e construção de novas ETARS.

Falou na participação da Câmara no Congresso Alentejo XXI, onde foram debatidos os problemas da região e lamentou a ausência do Partido Socialista no Congresso, apesar de estarem Presidentes de Câmaras Socialistas e A.R.S.

Referiu a candidatura a um programa “Pagar a tempos e horas” aprovado em reunião de Câmara e apresentado à Direcção Geral das Autarquias Locais, que depois de o ter apreciado, concluiu que o município da Vidigueira não necessitava de qualquer financiamento, de acordo com os critérios definidos no programa, pelo que já não faz sentido aquele assunto ser apreciado e votado em Assembleia Municipal. Disse que tal decisão só vinha confirmar, a notícia divulgada na imprensa, em que a Câmara da Vidigueira é uma das três a nível nacional que vê a sua situação desafogada.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Situação essa que o Senhor Presidente da Câmara coloca em causa, dado que, com as transferências de competências sem o respectivo acompanhamento financeiro, nenhuma autarquia conseguirá manter aquele tipo de padrão.

Realçou o primeiro encontro de empresários, realizado na Vidigueira, onde foram apresentadas algumas formas, para que os empresários possam ganhar alguma dinâmica, no momento difícil da vida económica do país. E informou que no próximo dia 30 de Junho seriam colocados 8 lotes da Zona Industrial, em hasta pública e que numa fase posterior serão colocados os restantes 8 lotes.

Informou que estão a decorrer as candidaturas ao Eixo II (desenvolvimento urbano e a política das cidades) em que Vidigueira, Cuba, Alvito, Ferreira e Serpa criaram uma rede urbana que gere à volta do aeroporto, construindo-se infra-estruturas que se complementam, a fim de retirar partido das 3 vias (aeroporto, via ferroviária e rodoviária com a conclusão do IP2 e IP8) que estão em desenvolvimento para fazer escoar os produtos.

Referiu a reunião com a Gestalqueva onde foi delineado um plano estratégico de desenvolvimento com as terras do grande lago, no âmbito das aldeias ribeirinhas que prevê a requalificação das aldeias de Pedrógão e de Marmelar, onde estão a decorrer obras de requalificação.

Referiu a reunião com os Órgãos Sociais da Associação de Beneficência de Pedrógão do Alentejo, e que a Câmara tinha solicitado alguns esclarecimentos, sobre a situação dos 136 mil euros, que tinha atribuído à Associação em 2005, para a construção de um centro de noite e de uma creche. Informou que a Câmara tinha colocado mais uma vez a possibilidade de aquele dinheiro ser devolvido, porque é dinheiro que está parado sem qualquer tipo de aproveitamento e que tinha sido entregue àquela Associação para fins que não se verificam. A Associação informou que tinha perdido todo o financiamento da Segurança Social, porque tinha deixado passar todos os prazos.

Mais disse que não há financiamento da Segurança Social porque não existe projecto daquela obra e que a Associação falou num novo projecto de construção de quartos, só que segundo o Senhor Presidente da Câmara tem dúvidas onde o poderão inserir. Informou que o assunto com a Associação de Beneficência de Pedrógão do Alentejo, em determinada altura, obrigará que se remeta para os tribunais através de execução fiscal. O Senhor Presidente da Câmara leu uma deliberação de 17 de Setembro de 2003, onde a Associação solicitava apoio monetário na parte não financiada para a construção de centro de noite e creche e que a Câmara Municipal deliberou apoiar monetariamente a parte não financiada para a construção de centro de noite e creche.

Prosseguindo com a sua intervenção o Senhor Presidente da Câmara disse que para se poder viabilizar tudo aquilo, no dia 21 de Dezembro 2005 a Câmara Municipal toma a seguinte decisão:



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- “Sobre o processo de candidatura da Associação de Beneficência de Pedrógão do Alentejo para construção do centro de noite e creche, seria contraído um empréstimo no valor de 300mil euros junto da Caixa Agrícola de Vidigueira, pelo prazo de 20 anos. Seria feito um protocolo entre a Câmara e a Associação tendo em vista a concessão para apoio do empréstimo em que será feito o acompanhamento, na gestão financeira por um técnico da Câmara Municipal, pelo que a Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar financeiramente a Associação no pagamento do empréstimo a solicitar à Caixa de Crédito Agrícola de Vidigueira, nos termos a constar no Protocolo, logo que o crédito seja aprovado e se confirmem as condições do mesmo.”

Disse que a Associação ainda não tinha informado a Câmara da aprovação do crédito. Por isso desde 2005, que a Associação não cumpre com os seus compromissos e recusa-se a devolver o dinheiro, o que certamente em tribunal será decidido.

Referiu “a grande dor de cabeça” para a Câmara que é a Escola Profissional Fialho de Almeida, que apesar de ser detentora de 50% daquela empresa, por uma questão burocrática se vê constantemente impedida de fazer ou de exercer as funções que deve exercer. Referiu a situação dos ordenados em atraso, uma situação que deixa a Câmara de Vidigueira bastante preocupada e apreensiva quanto ao futuro daquela Escola. Falou nas relações existentes entre os proprietários daquela Instituição, (Câmara de Vidigueira e Câmara de Cuba) que são cordiais em todos os cenários, mas que na Escola Profissional não há entendimento. Concordou com a criação da nova Escola em Cuba, mas salientou que a Câmara de Cuba não deve condicionar o normal funcionamento da outra Escola. Informou que naquele momento não existiam ordenados em atraso na Escola Profissional, porque 3 pessoas tinham contraído um empréstimo de 70 mil euros para pagar os salários. Agradeceu à Caixa Agrícola a forma rápida como tratou o assunto, que num espaço de 24 horas disponibilizou aquela verba.

Informou que a situação dos ordenados em atraso, se devia ao facto do Estado, desde Janeiro, que não enviava um cêntimo à Escola Profissional.

Prestou algumas informações relativas aos novos cursos candidatados pela Escola Profissional Fialho de Almeida, que de um momento para o outro deixaram de estar homologados.

Espera chegar a um acordo com a Câmara de Cuba, dado que esta já possui uma nova Escola, daí que já foi proposto a Cuba a compra da sua quota na empresa, ficando a Câmara de Vidigueira com a totalidade do capital. Disse que caso não se verifique acordo, a Câmara de Vidigueira recorrerá à via judicial, porque há que defender os interesses da Escola Profissional. Referiu que existem



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situações que deverão ser esclarecidas, por parte do Senhor Director Regional da Educação, Secretário de Estado e Ministra da Educação.

Interveio o Senhor Deputado José António Bатуca Pereira e perguntou porque é que não foi a entidade Centro de Estudos Aquiles Estação a recorrer à banca para solicitar o empréstimo.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o Centro de Estudos Aquiles Estação não contraiu o empréstimo porque um dos gerentes se recusou a assinar.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, foi encerrado o ponto nº.1 da Ordem de Trabalhos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que as próximas Assembleia Municipais realizar-se-iam nos dias 26 de Setembro e 28 de Novembro de 2008 e alertou mais uma vez que tendo em conta aquelas datas, os Senhores Deputados Municipais que não poderão estar presentes deverão informar a Mesa da Assembleia, para que em tempo útil possam ser substituídos.

Intervenção ao público.

Encerrada a ordem de trabalhos e, havendo público presente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos Senhores Municípes.

Não houve intervenções.

Encerramento.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, desejou umas boas férias e deu por encerrada a Sessão, pelas dez horas e trinta minutos da qual se lavrou esta acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

E eu, Rita da Glória Folharascas do Alpendre Marques, Assistente Administrativa Especialista, para o efeito designada, a redigi e subscrevo.